



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140812 - GO (2021/0001749-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : AMARILDO PEREIRA
ADVOGADOS : PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS - GO018111
GABRIEL CARVALHO LIMA - GO037885
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por AMARILDO PEREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5499391-48.2020.8.09.0000).

O recorrente foi condenado pela prática dos delitos previstos nos arts. 312, *caput*, 71 e 288, todos c/c o art. 69 do CP, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial semiaberto.

Sustenta que a sentença penal condenatória transitou em julgado e foi expedido mandado de prisão em seu desfavor, razão pela qual impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, o qual denegou a ordem.

Defende a ocorrência de nulidade, tendo em vista a incompetência da Justiça estadual para julgamento da ação penal, visto que o sentenciante teria reconhecido que os supostos valores desviados foram utilizados para financiamento de campanha eleitoral.

Aduz que há ilegalidade na dosimetria da pena, ao serem valoradas negativamente circunstâncias que são elementares ao tipo, cujo incremento foi excessivo. Diz, ainda, que deve ser aplicada a atenuante da confissão espontânea, com o consequente redimensionamento da pena, a fixação do regime aberto e a conversão em pena restritiva de direito.

Invoca em seu favor o teor da Recomendação CNJ n. 62/2020, que estabelece a possibilidade de prisão domiciliar na hipótese, por ser o paciente quase sexagenário, estando portanto no grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem, para que lhe seja assegurado o direito de não ser obrigado a iniciar o cumprimento de pena, senão sob regime domiciliar, revogando-se o mandado de prisão expedido, a fim de aguardar a realização de audiência admonitória em liberdade.

No mérito, pleiteia o provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar, e que seja reconhecida a incompetência da Justiça comum estadual e a incorreta dosagem da pena, com a consequente substituição por restritiva de direito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente